



ADAPTAÇÃO COMO PRIORIDADE RUMO À COP30

Força-Tarefa de Adaptação - CAN-LA

QUERIDOS COLEGAS, AMIGOS E ALIADOS,

A agenda de adaptação climática se projeta como um dos pilares-chave da COP30 no caminho até Belém.

Durante o mês de maio, celebraram-se a Semana do Clima e a Cúpula da Natureza na Cidade do Panamá. Embora a adaptação não tenha sido destacada como eixo central na programação oficial, teve presença em espaços estratégicos, como as discussões do Grupo de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP) e a avaliação dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) pelas Partes.

Enquanto isso, a incerteza em relação à agenda de ação — ainda não anunciada — deixa em aberto sua capacidade de priorizar a adaptação climática para além do marco formal das negociações.

Outro marco importante foi a intervenção de Marcele Oliveira, recentemente designada como Youth Climate Champion, na Semana do Clima do Panamá, que fez um chamado urgente para priorizar a adaptação neste ano chave.

Ao final de maio, foi apresentado o esperado relatório do grupo de especialistas sobre os indicadores da Meta Global de Adaptação (GGA), acompanhado por novas contribuições de alianças de países em desenvolvimento sobre o Mapa do Caminho de Baku a Belém (BBR) e o Baku Adaptation Roadmap (BAR).

Com as SB62 se aproximando, Bonn deverá representar um ponto de inflexão decisivo para o avanço das negociações rumo a Belém. Assim o expressou a Presidência brasileira em sua Terceira Carta à Sociedade Civil. São esperados progressos-chave em temas como os indicadores da GGA e a operacionalização dos NAPs.

Em nosso próximo boletim, esperamos poder compartilhar boas notícias desde Bonn!

Este boletim reúne atualizações estratégicas, oportunidades e próximos passos para quem acompanha de perto a agenda de adaptação climática rumo à COP30.

Somos 39 organizações de 13 países da América Latina e do Caribe, unindo nossas vozes para fortalecer nossas mensagens até a COP30. Como sempre, não hesitem em divulgar este boletim e entrar em contato conosco com comentários ou contribuições.

Se sua organização deseja se unir a esta Força-Tarefa, pode nos escrever para:
adaptacao@institutotalanoa.org

Com carinho,

Equipe da Força-Tarefa de Adaptação (Instituto Talanoa & Secretariado da CANLA)

Para receber nosso boletim mensalmente,

clique aqui

Q EM FOCO: OS INDICADORES DA META GLOBAL DE ADAPTAÇÃO (GGA)

Em 22 de maio, a Secretaria da UNFCCC publicou um relatório técnico para apresentar os 8 relatórios e um arquivo Excel com a lista consolidada de indicadores, insumos preparados pelos grupos temáticos que envolveram 78 especialistas de todo o mundo. Seguindo o mandato de Baku, os grupos utilizaram abordagens comuns: desmembraram os objetivos em subcomponentes, atribuíram os indicadores existentes aos subcomponentes e/ou desenvolveram novos onde havia lacunas ou ajustaram os existentes. Os indicadores pertencentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Sendai e outros marcos internacionais foram ajustados para refletir a adaptação.

Com base em um mesmo modelo elaborado durante o workshop de março em Bonn, foi apresentada uma lista que reduziu a quantidade de quase 10 mil indicadores para 490. Este número deixa margem para que as Partes possam refletir e oferecer orientações adicionais, de forma que os(as) especialistas possam continuar seu trabalho e, finalmente, chegar a uma seleção de 100 indicadores. Um dado importante refletido na lista de indicadores é a quantidade considerável de indicadores de meios de implementação, representando 28% do total. Destes, 11% são exclusivos para financiamento.

Como próximos passos, os grupos sugeriram, entre outras coisas: maior colaboração com outros grupos para reforçar os indicadores transversais; melhorar a padronização das definições, metodologias e garantir a compreensão dos conceitos-chave; aperfeiçoar os indicadores selecionados e esclarecer os metadados; criar uma base de dados online ou uma plataforma de informação para armazenar metadados e compartilhar fontes; ampliar o número de partes interessadas, incluir dimensões de risco transfronteiriço e sistêmico; desenvolvimento e integração de indicadores específicos regionais nos marcos globais.

Destacam-se dois pontos-chave para reflexão: a disponibilidade limitada de dados não deve impedir a inclusão de novos indicadores; e os indicadores devem informar o julgamento, em vez de serem usados como medidas independentes, e devem ser interpretados coletivamente para refletir os avanços e deficiências no nível do sistema em geral em matéria de adaptação.

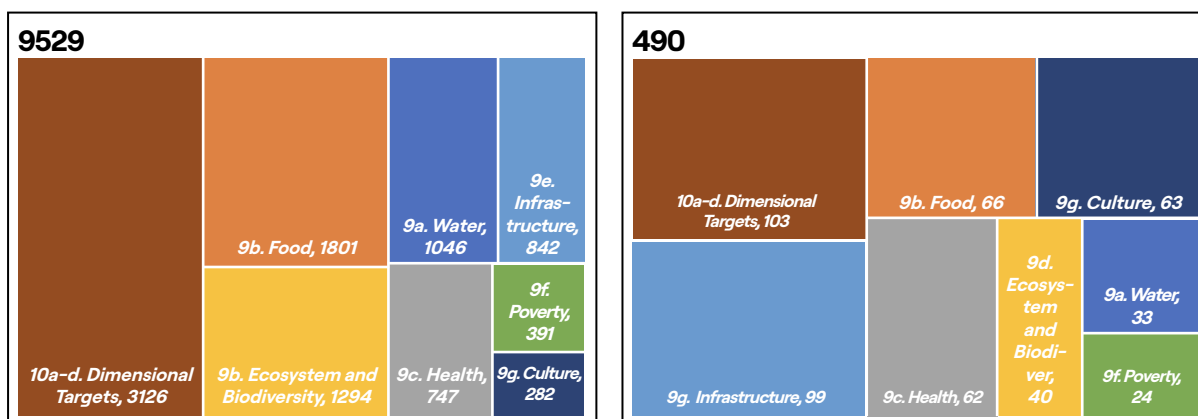


Imagem: Redução dos números de indicadores desde 2023 até maio de 2025, quando foram apresentados o relatório do grupos de experts. Fonte: *Technical report on indicators for measuring progress achieved towards the targets referred to in paragraphs 9–10 of Decision 2/CMA.5*

Q ALÉM DA GGA...

Diálogos introdutórios: Adaptação na transição justa

Na Semana do Clima, iniciou-se um diálogo no Grupo de Trabalho de Transição Justa sobre a importância do conceito de adaptação para a transição para uma economia descarbonizada. Impulsionada por países em desenvolvimento, essa conceituação se perfila de maneira inicial e ainda em disputa, sendo fundamental encontrar sinergias entre ambas as agendas. A Presidência brasileira manifestou que a transição justa será um pilar importante da COP30.

NAPs: chamado da Presidência

Atualmente, 63 países submeteram seus Planos Nacionais de Adaptação na NAP Central, a plataforma da UNFCCC. Apesar de a América Latina ser uma região vulnerável à mudança do clima, apenas 12 países apresentaram seus NAPs até agora. Em sua Terceira Carta, a Presidência da COP30 fez um chamado para que todos os países apresentem seus Planos Nacionais de Adaptação antes da COP30. Nesse sentido, os NAPs não podem ser apenas um plano, mas um mecanismo de implementação e mobilização de recursos no âmbito nacional e local, alinhados à Meta Global de Adaptação e às decisões sobre financiamento climático.

FINANCIAMENTO PARA A ADAPTAÇÃO

Uma meta sem casa: quem se responsabiliza?

O financiamento continua sendo a pedra angular para tornar a adaptação às mudanças climáticas uma realidade. Sem recursos suficientes, os planos e promessas não se transformam em ações concretas. À medida que nos aproximamos do prazo definido no Pacto Climático de Glasgow para duplicar o financiamento destinado à adaptação, o panorama apresenta mais perguntas do que certezas.

Duplicação do financiamento para adaptação: onde estamos?

Na COP26, realizada em Glasgow em 2021, os países desenvolvidos adotaram um dos compromissos mais importantes em matéria de financiamento para adaptação: duplicar o financiamento destinado a esse fim para os países em desenvolvimento até 2025, tomando como base os níveis de 2019. Essa meta, registrada no Pacto Climático de Glasgow (decisão 1/CMA.3, parágrafo 18), respondeu ao crescente reconhecimento de que a adaptação não poderia mais ocupar um papel secundário frente à mitigação na arquitetura financeira do Acordo de Paris (UNFCCC, 2021).

Segundo dados do Comitê Permanente de Finanças (SCF) da UNFCCC, o ponto de partida para essa duplicação foi de aproximadamente USD 20 bilhões em 2019, considerando fluxos atribuídos a países desenvolvidos, tanto bilaterais quanto multilaterais (SCF, 2023). No entanto, o mesmo relatório adverte que não existe uma cifra única: o volume de financiamento para adaptação naquele ano variou entre USD 7,1 bilhões e USD 20,3 bilhões, conforme a fonte utilizada (BRs, UNEP, OECD, Oxfam). Portanto, a meta de “duplicação” pode ser interpretada como alcançar entre USD 14,2 bilhões e USD 40,6 bilhões anuais até 2025.

Tres años después, en 2022, se observó un salto significativo: el financiamiento. Três anos depois, em 2022, observou-se um salto significativo: o financiamento internacional

público para adaptação alcançou USD 28,6 bilhões, segundo o *Adaptation Gap Report 2023 do PNUMA*. Esse aumento representou o maior incremento anual desde a adoção do Acordo de Paris (UNEP, 2023).

O mesmo relatório do PNUMA estima que as necessidades anuais de adaptação para os países em desenvolvimento oscilam entre USD 215 bilhões e USD 387 bilhões até 2030, com uma média projetada de USD 359 bilhões anuais. Isso implica uma lacuna de financiamento que, no melhor dos casos, multiplica por dez o montante atualmente disponível.

Embora os números mostrem um aumento nominal, um dos últimos relatórios do SCF (2024) destaca que mais da metade do financiamento para adaptação é concedida na forma de empréstimos (59%), e apenas 31% corresponde a doações. Os bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) oferecem 83% de seu financiamento como dívida, enquanto os fundos climáticos multilaterais oferecem quase exclusivamente subsídios. Esse desequilíbrio contradiz os princípios de equidade climática e limita o acesso real dos países mais vulneráveis.

A isso somam-se as deficiências metodológicas e de transparência: os países utilizam critérios e marcadores distintos (como os “marcadores de Rio”) para reportar os fluxos, e existe um descompasso temporal importante. Segundo o SCF, não será possível saber com certeza se a meta de Glasgow foi cumprida até 2028, quando forem entregues os relatórios no marco do sistema de transparência do Acordo de Paris.

O compromisso de duplicar o financiamento não conta com um mecanismo ou entidade que o centralize, já que não há uma “sede” institucional ou física que administre esse objetivo. Isso complica a rastreabilidade e dificulta monitorar seu cumprimento.

A ausência de um mandato claro também gerou inconsistências metodológicas na apresentação e classificação do financiamento, agravando os problemas de acesso e eficiência, especialmente nos países com menor capacidade técnica.

Uma opção viável pode ser fortalecer o papel do GCF, dada sua experiência operacional e enfoque de acesso direto. Outra possibilidade seria estabelecer uma nova entidade sob a UNFCCC, com funções específicas para acompanhamento, transparência e apoio técnico em adaptação.

A apenas seis meses do prazo acordado em Glasgow, o balanço é misto. Há avanços quantificáveis nos montantes, mas também profundas lacunas na qualidade, acessibilidade e transparência do financiamento para adaptação.

Melhorar o planejamento nacional, facilitar o acesso a dados, padronizar metodologias e reduzir a burocracia são passos necessários. Além disso, é urgente reforçar o papel dos setores público e privado e estabelecer critérios de elegibilidade mais justos para países altamente vulneráveis que não se qualificam como de baixa renda.

A adaptação não pode esperar. Se não se consolidar uma arquitetura financeira coerente, previsível e justa, a meta de Glasgow corre o risco de se somar à lista de promessas não cumpridas. E o que está em jogo não é apenas uma cifra: é a resiliência de comunidades inteiras diante de um futuro climático cada vez mais incerto.



[Confira nosso evento sobre Adaptação como Prioridade](#)

🕒 O que pode ser o Baku Adaptation Roadmap?

Com o encerramento da COP29 em Baku, Azerbaijão, foi lançado oficialmente o Baku Adaptation Roadmap (BAR) como uma tentativa estratégica de preencher as lacunas estruturais em torno da implementação da Meta Global de Adaptação (GGA). Longe de ser apenas uma compilação de boas intenções, o BAR foi mandatado para tratar das chamadas “questões do parágrafo 38” do Acordo dos Emirados Árabes Unidos, um conjunto de desafios técnicos, políticos e metodológicos que não foram resolvidos na COP28 nem nas SB60.

O objetivo do BAR, segundo o documento *“Issues and Options to Develop Modalities for the Baku Adaptation Roadmap: Discussion Paper”* (C2ES, 2025), é avançar na implementação do artigo 7.1 do Acordo de Paris e servir como ponte entre a COP29 e a COP30 em Belém. Ou seja, não se trata apenas de uma plataforma de diálogo, mas de uma folha de mapa do caminho com o potencial de estruturar a arquitetura de adaptação global para a próxima década.

Uma estrutura em construção

Atualmente, os órgãos subsidiários (SBSTA e SBI) estão desenhando as modalidades do BAR. Estas podem incluir desde cronogramas, mandatos e estruturas de governança, até sua articulação com os processos climáticos existentes. Existem dois caminhos possíveis: que o BAR seja integrado a marcos já existentes, como o Comitê de Adaptação ou o Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG), ou que seja estabelecido como um processo independente e permanente, com seu próprio marco operacional.

Espera-se que esses temas sejam abordados nas SB62 de junho de 2025, onde podem ser definidos workshops temáticos, mecanismos de intercâmbio de conhecimento, e vínculos com o IPCC e outras plataformas de ciência climática. Também se contempla que o diálogo de alto nível sobre adaptação de Baku, que terá início na CMA7 (novembro de 2025), atue como espaço político para retroalimentar o BAR sem se tornar uma arena formal de negociação.

O papel estratégico do BAR no cenário climático atual

Até o momento, o BAR não possui uma função executiva claramente definida, mas sua relevância estratégica vem crescendo. Seu mandato é amplo e sua flexibilidade permite que evolua com o tempo. Caso o BAR consiga incorporar contribuições regionais, alinhar-se aos ciclos do Global Stocktake e estabelecer vínculos concretos com a ciência, os planejamentos nacionais e os sistemas de monitoramento, poderá preencher o vazio estrutural que ainda persiste na implementação da GGA.

Diversos países, incluindo muitos do Sul Global, têm demonstrado um interesse crescente em influenciar o desenho do BAR nesta fase inicial, o que pode se traduzir em contribuições conjuntas e uma participação mais ativa em sua definição. Se esse impulso for mantido, e se as modalidades forem construídas com clareza e foco técnico, o BAR poderá se consolidar como o espaço onde a ambição climática começa a se traduzir em transformações estruturais reais. Embora seu mandato não inclua a mobilização direta de financiamento, sua capacidade de organizar conhecimento, orientar metodologias e articular prioridades dentro do regime climático internacional pode fortalecer indiretamente outros processos complementares.

LMDCs fizeram uma contribuição unificada ao BAR

O Grupo de Países em Desenvolvimento com Pensamentos Afins (Like Minded Developing Countries) trouxe novas propostas à mesa para o BAR.

Além disso, sublinharam a importância de um calendário dividido em três fases para a implementação da Meta Global de Adaptação – GGA: (i) implementação inicial (2025–2028); (ii) monitoramento e revisão; e (iii) ajuste e integração de longo prazo.

Também propõem a criação de um Grupo de Trabalho sobre Adaptação no âmbito da UNFCCC.

Você pode acessar a contribuição aqui
[LMDC Submission on BAR](#)

 Você pode acessar o repositório de *submissões* aqui:
[Baku Adaptation Roadmap submissions Hoja de Ruta Baku](#)

Mapa do Caminho Baku–Belém: o G77 expressa sua voz, LDCs pedem triplicar o financiamento para adaptação

Um dos resultados mais ambiciosos da COP29 foi o lançamento do Mapa do Caminho Baku–Belém, estabelecida na Decisão CMA.6/11. Essa rota, impulsionada pelas presidências da COP29 e COP30, estabelece como meta alcançar USD 1,3 trilhão anuais até 2035, provenientes tanto de fontes públicas quanto privadas, com foco em mitigação, adaptação e perdas e danos.

Em maio de 2025, novos grupos de países em desenvolvimento apresentaram suas contribuições ao processo de modalidades do BAR. O Grupo dos 77 + China (G77) enfatizou que o financiamento para perdas e danos deve formar parte integral dos compromissos de longo prazo, e sublinhou a necessidade de uma definição clara do que se considera financiamento climático, bem como o papel predominante do financiamento público. Também defendeu melhorias no acesso e transparência dos fluxos financeiros (G77 submission, 2025).

Por sua vez, os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) solicitaram que o financiamento para adaptação seja triplicado na próxima década, propondo uma nova meta concreta que substitua o atual “duplicar o financiamento para adaptação”, cujo mandato termina este ano. Em cifras, isso significaria alcançar USD 120 bilhões anuais até 2030, fundamentados nas crescentes necessidades identificadas no relatório de lacunas de adaptação do PNUMA (LDCs submission, 2025).

Com a COP30 em Belém no horizonte, o desenho operacional desta rota é agora uma prioridade política e técnica. O Mapa do Caminho Baku–Belém representa uma oportunidade para que o Sul Global não apenas demande, mas também molde a arquitetura financeira climática do futuro.

📅 EVENTOS PASSADOS

- » ✨ **Synergies for adaptation finance: Connecting the GGA, NCQG, and beyond on the road to COP30**
Data: 27 de maio, das 9h às 10h30, horário da Cidade do México.
Modalidade: online via Zoom, formato de oficina.
- » ✨ **Retiro de Organizações Latino-Americanas e Caribenhas**
Fecha: 22 e 23 de maio, na Cidade do Panamá

📅 PRÓXIMOS EVENTOS

- » ✨ 02/06 – **Oficina: Análise e co-design de indicadores para o Marco da Meta Global de Adaptação, Co-CoA**
- » ✨ 03/06 – 11:00 a 13:00 – **Workshop Pré-Bonn – Força-Tarefa Adaptação como Prioridade rumo à COP30**
- » ✨ 04/06 – **Coordenação do Brasil com a sociedade civil, em Brasília**
- » ✨ 05/06 – 10:00 a 11:30 – **Chamada sobre a GGA: “Bridging Technical and Political Agendas on the Global Goal on Adaptation” (UN Foundation)**
- » ✨ 10/06 – **Hoja de Ruta Baku – Belém: Perspectivas desde la Sociedad Civil**
Formato: Online via Zoom, com tradução simultânea inglês-espanhol
Data e horário: 10 de junho, 9:00–10:30 (hora da Cidade do México) / 16:00–17:30 (hora de Londres)
Organizadores: GFLAC e REDFIS
Link de registro: https://us02web.zoom.us/webinar/register/WN_0mLqhlO0TqmPkKvHc3iCpA
- » ✨ 11/06 – 04:30 a 12:00 – **Sessão técnica de especialistas sobre o NCQG (SCF, UNFCCC) – Bonn, Alemanha**
- » ✨ 16/06 a 26/06 – **SB62 em Bonn, Alemanha (atividades na hora local – CEST)**
- » ✨ 23/06 – 15:00 a 17:30 – **CEST – Oficina “From National to Local: Opportunities for NbS in Urban NDCs and NAPs” – Hotel Marriott, Bonn**
- » ✨ 24/06 – 15:00 a 16:15 CEST – **Evento paralelo: “Bridging Perspectives: Transformational Adaptation” – Sala Kaminzimmer**
- » ✨ 25/06 – 09:00 a 13:00 CEST – **Oficina sobre Perdas e Danos Não Econômicos – Bonn Marriott Hotel, em inglês**

NOTÍCIAS E ARTÍCULOS



Terceira carta da Presidência da COP30:

<https://cop30.br/es/presidencia/cartas-de-la-presidencia/tercera-carta-de-la-presidencia>



3ª carta da Presidência da COP30: O caminho é Bonn.

<https://politicaporinteiro.org/2025/05/23/3a-carta-da-presidencia-da-cop30-o-caminho-e-bonn/>



What will it take for adaptation to get the attention it deserves?

<https://politicaporinteiro.org/2025/05/29/what-will-it-take-for-adaptation-to-get-the-attention-it-deserves/>



Carta aberta do Governo do Brasil sobre o Mapa do Caminho Baku-Belém – REDFIS.



Documento Técnico Co-CoA. De Baku a Bonn: estado da situação e propostas.

<https://arg1punto5.com/index.php/2025/05/30/documento-tecnico-cocoa-de-baku-a-bonn-estado-de-situacion-y-propuestas/>

Quer compartilhar uma atualização no próximo boletim?

adaptacao@institutotalanoa.org

Força-Tarefa de Adaptação – uma iniciativa coletiva regional para alcançar acordos ambiciosos na COP30